

ASPECTOS GERAIS

- nosso sistema eleitoral é **judicial**
- a Justiça Eleitoral (J.E.) é uma **justiça especializada**
- a J.E. está organizada em uma **estrutura piramidal e hierárquica**
- **não há magistratura própria** na Justiça Eleitoral (os juízes vêm de outros ramos do Judiciário)

ÓRGÃO	ORIGEM DOS MEMBROS
TSE	STJ, do STF e da advocacia
TRE	TJs, Justiça Federal e da advocacia
ZONAS ELEITORAIS	Justiça comum e cidadãos (juntas)

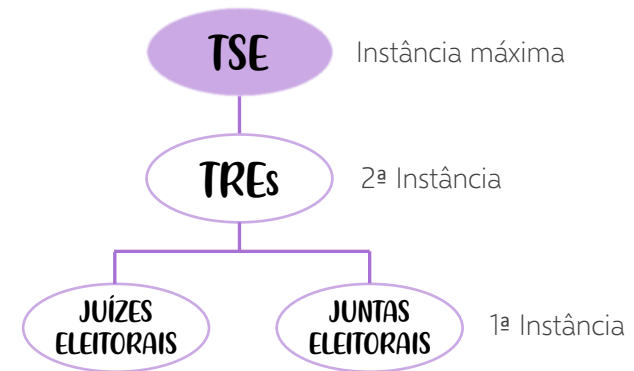
em cada zona eleitoral, há um juiz

- período de investidura = **2 anos** (permitida apenas uma recondução consecutiva)
- **competência** definida apenas em **lei complementar**
- a J.E. está dividida em: (divisão geográfica)
 - circunscrição estadual (estado)
 - zonas eleitorais (observa, em regra, a divisão municipal)
 - seções eleitorais (divisões administrativas das zonas eleitorais, onde haverá os votos e sua apuração)

JUSTIÇA ELEITORAL
justiça eleitoral
 = ORGANIZAÇÃO =

ÓRGÃOS

→ divisão jurisdicional eleitoral



FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

= preparação + organização + administração
do processo eleitoral

- nesta função, **não há lide**
- envolve o **poder de polícia**
 - o juiz eleitoral pode **condicionar e restringir** o gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do Estado.
Ex.: fiscalização da propaganda eleitoral
- há **atuação de ofício**: o juiz pode agir mesmo sem provocação das partes interessadas

FUNÇÃO NORMATIVA

- = prerrogativa da Justiça Eleitoral de **expedir instruções (resoluções)** para regulamentar a legislação infraconstitucional
 - as resoluções do TSE têm força de lei, mas são **infralegais** (devem obedecer a legislação!)
- faculdade do **TSE e TRE de deliberarem normativamente** acerca de assuntos eleitorais determinados.

JUSTIÇA ELEITORAL

= FUNÇÕES =

FUNÇÃO JURISDICIONAL

- = solução imperativa (caráter definitivo) dos conflitos de interesse eleitoral
- **ex.:** aplicação de multa por propaganda eleitoral ilícita, decreto de inelegibilidade de candidato por Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), impugnação do mandato eletivo.

SÚMULA TSE Nº 18: IMPORTANTE!

"Conquanto investido de **poder de polícia**, **não** tem legitimidade o juiz eleitoral para, **de ofício**, instaurar procedimento com a finalidade de **impor multa** pela veiculação de propaganda eleitoral em desacordo com a Lei no 9.504/97."

FUNÇÃO CONSULTIVA

- = atribuição do TSE e TREs de **responder a consultas formuladas por partes interessadas**.
 - desde que **não** sejam sobre casos concretos (seria antecipação de julgamento)

ÓRGÃO	AUTORIDADES ATENDIDAS
TSE	<ul style="list-style-type: none"> • autoridade de jurisdição federal • órgão nacional de partido político
TREs	<ul style="list-style-type: none"> • autoridade pública • partido político

SÚMULA TSE Nº 35:

"Não é cabível reclamação para arguir o descumprimento de resposta a consulta ou de ato normativo do TSE."